

de Freitas, Maria Ester; Dantas, Marcelo
Medos sociais dos brasileiros
Organizações & Sociedade, vol. 21, núm. 68, enero-marzo, 2014, pp. 893-909
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400634026008>



Organizações & Sociedade,
ISSN (Versão impressa): 1413-585X
revistaoes@ufba.br
Universidade Federal da Bahia
Brasil

MEDOS SOCIAIS DOS BRASILEIROS

Maria Ester de Freitas*

Marcelo Dantas**

Resumo

Este artigo busca analisar quais são os medos dos brasileiros, a partir de uma pesquisa empírica realizada em São Paulo e Salvador, envolvendo 1380 entrevistas diretas. Os resultados são interpretados com as lentes das perspectivas psicossociológica e histórica. Pressupomos que em um mundo cada vez mais interdependente, o conhecimento do comportamento de um povo e as razões subjacentes a este comportamento pode ajudar a compreender as escolhas, valores, decisões e interações que afetam a vida social, o universo das organizações privadas e o da administração pública. Em um cenário mais próspero como o atual, os brasileiros estão mais tranquilos e confiantes no futuro?

Palavras-chave: medos sociais, imaginário social, papel do Estado, brasilidade e culturas


Abstract

This paper analyzes what are the fears of Brazilians, from an empirical study conducted in São Paulo and Salvador, involving 1380 direct interviews. The results are interpreted through the lens of historical and social psychological perspectives. We assume that in an increasingly interdependent world, the knowledge of the behavior of a people and the reasons for this behavior can help us understand the choices, values, decisions and interactions that affect the social life, the universe of private organizations and the public administration. In a more prosperous context as the current, Brazilians are more relaxed and confident in the future?

Keywords: social fears, social imaginary, role of the state, Brazilianness and cultures

* Pós-doutora em Administração intercultural. EAESP/FGV. ester.freitas@fgv.br

** Doutor em Sociologia das Organizações. CIAGS/UFBA. mdantas@atarde.com.br

 mundo atual é atravessado por uma crise de nossas certezas, tanto em relação ao domínio da natureza como em relação à construção das sociedades, em virtude do imenso poder das transformações ocorridas nas últimas décadas, que geraram progressos, mas também sérias consequências. Vivemos uma época na qual somos confrontados aos riscos inerentes ao mundo social e à complexidade cada vez mais crescente de nossas relações, interações e decisões.

Visto que a incerteza é parte de nossa existência, recorreremos sempre à nossa capacidade de antecipação ou de previsão em busca de proteção ou de redução de consequências negativas. Essa busca de proteção se torna comum quanto mais os elementos de risco que nos afligem são compartilhados por outros, portanto, quando são riscos coletivos ou derivados de condições presentes na sociedade ou nos grupos dos quais fazemos parte.

Toda sociedade constrói uma imagem de si, uma visão de mundo e o seu lugar neste mundo e no futuro, através de representações e simbolismos que estruturam um imaginário coletivo como grupo social. (CASTORIADIS, 1975) As trajetórias e experiências pessoais, sociais, familiares e profissionais são domínios que se sobrepõem e articulam o individual e o social, formando um resultado sócio-histórico que testemunha imagens, sonhos e medos dos indivíduos e das sociedades em um determinado contexto. Conhecer o imaginário de uma sociedade ou grupo é conhecer parte de sua intimidade, da sua cultura e de seu simbolismo. (FREITAS, 1999)

Neste momento, o Brasil vive uma fase de consolidação de sua economia (NERI, 2011) e de reconhecimento externo como um protagonista importante em um mundo cada vez mais globalizado e complexo, o que pode ofuscar questões internas e minimizar a importância de problemas sociais. (SOUZA, 2011) Durante décadas, o país procurou saídas para as suas diferentes crises e vivenciou momentos de grandes sacrifícios, porém o cenário atual parece sugerir que a vida dos brasileiros está melhor que no passado. A melhoria do aspecto econômico poderia significar que os brasileiros estariam mais tranquilos, com maior confiança em si e maior certeza de seu futuro? Pressupomos que tranquilidade, confiança e certeza são elementos sociais resultantes de um sentimento de bem-estar, que pode tornar o medo irrelevante, desnecessário ou mesmo ausente.

No interesse de verificar a força desse argumento, este artigo pretende analisar a seguinte questão: quais são os medos sociais do povo brasileiro no cenário atual? Para responder a esta interrogação, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, na qual usamos como referência teórica principal a Psicossociologia, tendo como método de análise a perspectiva interpretativa e técnicas de análise de conteúdo. Este estudo inclui uma pesquisa de campo, realizada com 1380 entrevistas diretas, no período entre abril de 2011 e junho de 2012, nas cidades de São Paulo e de Salvador(*), com pessoas de diferentes faixas etárias, condições socioeconômicas e gêneros.

Qual é a relevância de se estudar os temores de uma sociedade? Acreditamos que em um mundo cada vez mais interdependente, o conhecimento do comportamento de um povo e dos motivos que animam esse comportamento é importante para a compreensão de escolhas, valores, decisões e interações que afetam a vida social, o universo das organizações privadas, bem como o da administração pública. Particularmente no que se referem às responsabilidades do poder público em seus diversos níveis, parece-nos que políticas específicas, comunicação institucional, transparência e prestação de contas junto ao público podem aumentar a proximidade dos cidadãos e de seus governantes e a definição de medidas que melhorem o bem-comum, assim como a percepção de que o Estado desenvolve suas atividades considerando os anseios da população que representa.

O individual e o coletivo: representação e imaginário

Os indivíduos interagem entre si e entre grupos, construindo formas de expressão e interpretação de si e dos outros. Não existe indivíduo fora do social e nem

social sem a participação dos indivíduos. O indivíduo expressa a sua personalidade e o social lhe fornece estrutura e palco para expressão, identificação, reconhecimento e aprendizagem. (FREITAS, 1999)

Freud, em *Psicologia das massas e análise do ego* (1981), nos fala que o processo identificatório é ao mesmo tempo psicológico e social, à medida que considera que o vínculo afetivo de um indivíduo com outro é imerso em um universo social e cultural que lhe serve de moldura e o alimenta com modelos de valores, propriedades ou atributos que serão assimilados nas suas interações; ou seja, toda psicologia é ao mesmo tempo individual e social e todos os indivíduos participam de vários grupos, com os quais mantêm alguma identificação; o coletivo é, pois, impresso no individual. Toda personalidade se constitui e se desenvolve num trabalho permanente de elaboração das interações diversas entre o eu e o outro, entre a unidade e diversidade.

Ainda, em *Mal-estar na civilização* (1992), Freud afirma que a essência do processo civilizatório é o instinto de morte, representado pela massificação, repetição e homogeneidade destrutiva, em combate permanente com o instinto de vida, representado pela construção de vínculos afetivos diversos, originais e às vezes conflituosos. Segundo ele, as conquistas históricas, científicas e tecnológicas nas quais a humanidade tem alcançado progressos extraordinários e dos quais se orgulha, parecem não ter sido responsáveis por ganhos de felicidade humana, satisfação ou prazer de viver.

Face a este argumento, parece que não existe uma relação direta entre progressos científicos/tecnológicos e aumento da felicidade, sendo que a disputa entre Eros e Tânatos é contínua e geradora de angústias experimentadas coletivamente. Discute-se hoje a adoção de outras medidas de avaliação do bem-estar das sociedades contemporâneas, através de um índice de felicidade, complementar ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Tal índice levaria em consideração aspectos como a participação na vida comunitária, a diversidade cultural, o uso do tempo, a boa governança, o bem-estar psicológico, a educação, a saúde e a diversidade ecológica. (VIALLI, 2012)

Já em Castoriadis (1975) encontramos o imaginário como o elemento fundador da sociedade e motor de crises identificatórias em sociedades historicamente constituídas, visto que o imaginário fornece para cada sociedade uma representação de si, um investimento coletivo em si e uma identificação com um “nós”, que constitui a principal defesa do indivíduo social contra a morte. As sociedades, segundo ele, se distinguem pelo que amam, detestam e temem, bem como pela sua visão de mundo e pelo que percebem ser o seu lugar neste mundo. Isto a torna aquela sociedade e não outra qualquer, visto que aquilo que é definido como os problemas e as necessidades de uma dada sociedade faz parte da própria definição dessa sociedade, do seu fazer e do seu fazer-se como sociedade.

Quando os nossos entrevistados paulistas e soteropolitanos responderam sobre os medos dos brasileiros (e não seus medos, em particular), eles representaram um povo inteiro, se projetaram nos compatriotas, se viram como uma única sociedade e se identificaram nas necessidades, temores e problemas que assumiram coletivamente como sendo dessa sociedade e não de outra qualquer. Aqui vale lembrar que a construção do vínculo social é atravessada por angústias, medos, processos sublimatórios e civilizatórios (ENRIQUEZ, 1990; BOUVIER, 2005), pois o homem se constrói psiquicamente através do outro, dando sentido à sua existência através do que compartilha e representa com os outros, simbólica e imaginariamente. (MOSCOVICI, 1988; 2003)

Medos sociais e culturas

O tema “medo” não aparece de maneira fortuita em uma discussão sobre a sociedade contemporânea. Trata-se de uma questão atual, cujo vocabulário é imenso e constitui um grande empreendimento entendê-lo historicamente. (DELUMEAU, 1983; VANIER, 2006; MELLO NETO; MARTINEZ, 2002)

Difícilmente se poderia falar em medo e sociedade sem nos referirmos a Hobbes (1988), pois para ele o medo gera o contrato social que fundamenta a própria

constituição da sociedade e está na origem do Estado. Para Hobbes, os homens, em seu estado de natureza, sem poder e sem organização, fatalmente em oposição, matar-se-iam uns aos outros, caso não firmassem um contrato estabelecendo regras do convívio social e político.

A partir desse contrato, todos os homens renunciariam à liberdade absoluta, que lhes empurraria à guerra generalizada de todos contra todos, para se subordinarem a uma lei obedecida por todos, que os igualariam de uma forma maior que a igualdade produzida pela força física. Não que o autor do século XVII afirme que os homens são iguais, mas uma lei comum os tornaria tão iguais quanto possível. Contudo, para exercer esta lei seria necessário, além do fundamento jurídico, um Estado dotado de força que obrigaria os homens ao respeito da lei; ou seja, em Hobbes, a sociedade nasce com o Estado absoluto.

O medo, porém, não se esvai, pois para esse Estado *Leviatã*, ninguém abriria mão de sua liberdade se não houvesse medo. Mas o Estado hobbesiano não é apenas medo, ele é também a esperança de se ter uma vida melhor e mais confortável (RIBEIRO, 1989), sendo que este conforto deve-se principalmente à propriedade, que doravante seria protegida.

Ao longo da história, o medo social tem sido associado a aspectos sociopolíticos, tornando-se objeto de processos de regulação, repressão e controle (DELUMEAU, 2009), bem como tem sido ligado a aspectos psicossociológicos, considerando-se um contexto de enfraquecimento das instituições tradicionais, modelos de filiação, estrutura de valores e crise identificatória. (CONEXÕES, 1990; ENRIQUEZ, 1990) Diz-se que a nossa época evidencia o enfraquecimento da dimensão imaginária do pai, que também pode ser simbolizada pelas estruturas sociais tradicionais, como a Igreja e o Estado, que exercem figuras de autoridade e representam o superego da sociedade histórica (ENRIQUEZ, 1990; CASTORIADIS, 1975, CONEXÕES, 1990). Conquanto o Estado de hoje, na maior parte dos países ocidentais, seja um Estado democrático, ele continua detendo o monopólio da violência legítima e ocupando o lugar de guardião das esperanças de proteção social, variando culturalmente a sua extensão e formato institucional.

As culturas, por sua vez, se manifestam de formas diferentes em relação aos seus medos, assim como também em relação aos seus valores e prioridades. (D'IRIBARNE, 1989; 2009) Todas as culturas propõem algum tipo de forma de tratamento do medo, em geral substituindo um medo difuso e imaginário por um medo orientado, focalizado, institucionalizado, que coletiviza a angústia. (VANIÉR, 2006) Atualmente o medo social genérico é bastante associado à violência na vida urbana, na cidade e no trabalho. (BAUMAN, 2009; DURAND, 2010; BAIERL, 2004; COSTA, 1993)

Usando sua conhecida estrutura conceitual, em que o estado líquido é pedra de toque, Bauman (2008; 2009) analisa a sociedade contemporânea como o lugar do medo generalizado e difuso, sem maiores separações entre o global e o local, o que favorece um tipo específico de causa de violência: a xenofobia. O mundo que exclui e desvaloriza o outro, mas ao mesmo tempo deve com ele compor, opera na contradição e no paradoxo. Quanto mais os indivíduos de uma sociedade têm medo dos outros e buscam deles se proteger, mais insegura essa sociedade se sente e mais mecanismos de proteção irá produzir, pois o estrangeiro é visto como a variável desconhecida por excelência. Quanto mais as pessoas se trancam nas grandes cidades, mais elas abdicam ao uso dos espaços públicos que poderiam ser compartilhados para promover a proteção e solidariedade coletivas.

Segundo D'Iribarne (2009) podem-se perceber diferenças culturais nas formas que os indivíduos e os grupos assumem ao se organizar para trabalharem juntos e para viverem juntos nas próprias sociedades. Segundo ele, é possível perceber essas diferenças recorrendo-se a dois tipos de elementos: a) de um lado, o medo fundamental relacionado ao perigo temido por todos, que ocupa lugar central no imaginário no qual a vida ganha sentido e conduz a busca de vias de salvação, permitindo colocar-se ao abrigo deste perigo; b) do outro lado, a representação através da qual cada situação da vida comum está associada seja ao perigo, seja às vias de salvação que estruturam o imaginário social.

Nas palavras de D'Iribarne (2009; p. 27): "Dentre todos os perigos que a humanidade enfrenta, cada sociedade reserva um destino particular àquele que tende a focalizar justamente a angústia de ser homem. Assim, nos Estados Unidos, trata-se de perder o controle de seu destino, na Índia de tornar-se impuro, nos Camarões de ser vítima do que trama no escuro uma pessoa aparentemente simpática, no México de não estar à altura dos sonhos de grandeza e de carecer da ajuda que permitiria realizar o que não se pode cumprir isoladamente. Em toda parte, pois, a forma como os indivíduos se colocam em cena e agem é marcada pela preocupação extrema em conjurar esse perigo. E o mesmo ocorre na maneira como a vida em sociedade é organizada. Assim, nos Estados Unidos, a onipresença das relações contratuais ajuda a cada um a ter a sensação de que ele jamais fará o que um outro decidiu por ele (mesmo se, de fato, a liberdade formal de contratar mascara bem certos problemas sobre os quais não se quer pensar muito)".

E nós, os brasileiros, o que tememos como sociedade? O que a cultura brasileira sinaliza como vias de proteção ou salvação contra esses medos, seguindo o pensamento de D'Iribarne?

Contexto brasileiro nas últimas décadas

O Brasil tem sido palco de grandes transformações de natureza econômica, social, política, cultural e institucional nas e últimas décadas. (SORJ ALMEIDA, 1983; BACHA; SCHWARTZMAN, 2011; SOUZA, 2011; NERI, 2011) Ainda nos anos 1950 era um país de grande população rural, cuja economia era totalmente dependente da agricultura e de importações. Nos anos seguintes, foi dado impulso ao processo de industrialização como parte de um plano de desenvolvimento, que atraiu muitas empresas multinacionais e fomentou a implantação de empresas de diferentes setores em pouco tempo.

O setor público foi aos poucos se estruturando em bases mais profissionais, ainda que continue a exibir resquícios patrimonialistas; foi implantada uma política de substituição de importações que incentivou a indústria local e desenvolveu-se grandes projetos públicos relacionados aos setores de construção civil, telecomunicações e energia. (SORJ; ALMEIDA, 1983) A oferta de empregos mais atraentes deslocou grandes contingentes da população rural para grandes cidades, dando origem a um rápido processo de urbanização, que está na raiz da favelização e violência urbana dos dias de hoje. (SOUZA, 2011)

Essa política foi um sucesso e, nos anos 1970, o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo, com uma média acima de 7% ao ano, constituindo uma época chamada de "milagre econômico". Entretanto, esse sucesso teve um alto preço: o Brasil contraiu muitos empréstimos para financiar a construção de Brasília (1955-1960) e o seu desenvolvimento industrial (até o início dos anos 1980); estes empréstimos elevaram a dívida externa brasileira de maneira escandalosa e exigiram enormes sacrifícios para o pagamento de seu serviço durante muitos anos, em particular porque se conjugou com períodos de altíssimas taxas de inflação e frequentes desvalorizações cambiais. O Fundo Monetário Internacional (FMI) se tornaria presença constante e exigente no país até os anos 1990.

Entretanto, a vida próspera e sem medos não era viável, visto que em 1964 instalou-se uma ditadura militar que governou o país por 20 anos. Portanto, no período de maior prosperidade econômica, os brasileiros tinham medo de falar sobre política e governo, tinham medo de serem presos, exilados ou torturados, como aconteceu com milhares de pessoas. A redemocratização conquistada a partir de 1984 chegou em momento de uma grande crise econômica – tanto que a esta época foi chamada pelos economistas de década perdida – e a liberdade não pôde ser plenamente celebrada, já que o medo do desemprego, da falta de perspectivas para os jovens e a inexistência de um projeto político para o país semearam o medo do futuro. (SORJ; ALMEIDA, 1983)

A fraca performance nos anos 1980 foi agravada por diversas crises internacionais. As tentativas de retomar o rumo do desenvolvimento, nesse período, deixaram o país exausto de ser laboratório para experimentos, sem sucesso durável, de economistas de todas as tendências, o que estimulou a emigração de muitos brasileiros (CALDEIRA, 2009), até então país receptor de imigrantes.

Somente em 1990 assumiria o primeiro presidente eleito diretamente. Institucionalmente o país também amadureceu aos poucos, mesmo que os poderes legislativo e o judiciário nunca tenham sido fechados pelos militares, como ocorreu em outras ditaduras na América Latina. (SORJ; ALMEIDA, 1983) A Constituição foi atualizada em 1988 por uma legislatura especificamente eleita para esta tarefa.

O governo de Collor começou com o objetivo de controle imediato da inflação através de um choque econômico bastante heterodoxo, que consistiu na mudança da moeda, forte controle da base monetária e congelamento da poupança da população, provocando um trauma sem precedentes no país; também deu-se início a um processo de abertura da economia e modernização do equipamento industrial, porém o presidente foi afastado ao final do 2º ano de exercício e teve os seus direitos políticos suspensos, devido a fortes acusações de corrupção pessoal. O gabinete que lhe substituiu, no final de 1992, implantou mais um plano econômico, instituiu uma nova moeda (real) e implementou medidas de maior controle inflacionário, que seriam mantidas e aprofundadas no governo de Fernando Henrique Cardoso através de programa de privatização, programas sociais, mecanismos de controle fiscal e crescimento sustentável.

A partir de 1994, o governo Cardoso reestruturaria os fundamentos econômicos, as instituições e os novos pilares de uma sociedade democrática, moderna e próspera, que os brasileiros finalmente começavam a construir depois de mais de 20 anos de ditadura militar e dez anos de transição democrática. Também este governo foi acusado de corrupção durante os processos de privatização. (RIBEIRO JR, 2011)

O governo Lula (2003-2010) assumiu com enorme popularidade e visibilidade internacional, ampliou e criou novos programas sociais, quitaria a dívida externa e exibiria crescimento real da economia durante todo o período. (NERI, 2011; BACHA; SCHWARTZMAN, 2011) Sob acusação de corrupção em financiamentos de campanha envolvendo vários de seus correligionários, Lula atravessou a crise financeira-econômica de 2008 sem maiores danos, incentivou o crescimento pela via do consumo interno e pela redistribuição de renda para a população menos favorecida, conseguiu terminar o seu governo com índices invejáveis de popularidade e elegeu o seu sucessor.

O Brasil chega à década de 2010 apresentando um quadro de prosperidade econômica, evidenciada pela queda de vários índices de desigualdade social, elevação do poder aquisitivo nas faixas mais pobres da população, melhoria na qualidade dos serviços públicos e, finalmente, um sentimento nacional de conquistas e enfrentamento, com sucesso, de algumas das nossas históricas mazelas sociais.

Dilma, a primeira mulher presidente do Brasil, tem dado continuidade às linhas principais do governo Lula, porém tem imprimido um ritmo mais técnico que político ao seu governo (NERI, 2011; BACHA; SCHWARTZMAN, 2011) e se identifica fortemente com um programa de crescimento alicerçado em recuperação de infraestrutura e maior controle do Estado. O seu governo se defronta com algumas das consequências da crise mundial, às quais rebate através de políticas de controle inflacionário, redução de taxas de juros e incentivos à base industrial para ampliação de investimentos. Até o momento, a presidente goza de aprovação de grande parte da população brasileira.

Este breve histórico está subjacente aos diferentes medos que os brasileiros sentiram ao longo do tempo e nas diferentes circunstâncias. Governos militares e governos demasiadamente audaciosos provocam insegurança e desconfiança institucional, da mesma forma governos competentes técnica e politicamente, porém complacentes com comportamentos criminosos, também geram medo e desesperança na população. Ademais, políticas econômicas altamente concen-

tradoras de renda foram usadas durante muitos anos, deixando como saldo uma desigualdade social crônica, que potencializa os efeitos perversos da urbanização rápida. (SOUZA, 2011)

Esse quadro, que comporta boa performance econômica como a posição em 2012 de 6ª economia mundial, triste retrato social evidenciado nos índices de desenvolvimento humano (84ª. entre 187 países) e campeão no quadro geral de medalhas das desigualdades sociais (o 3º pior resultado do mundo, segundo o PNUD/ONU), desafia a compreensão dos diferentes expectadores sobre o comportamento de aceitação dos brasileiros de uma realidade contrastante, onde a prosperidade (com índices crescentes de inclusão) ainda deixa fora de qualquer usufruto da riqueza um contingente de milhões de brasileiros.

A força dessa resistência, transformada em qualidade, é, em parte, atribuída ao caráter de nossa misturada matriz cultural, representada pela herança da paciência infinita dos indígenas, pela capacidade de adaptação e sobrevivência dos africanos e pela engenhosidade bem-humorada dos portugueses (RIBEIRO, 1995), vivendo de tudo em um paraíso tropical, sob as benções de todas as religiões.

Metodologia de pesquisa

Este estudo tem caráter exploratório no que diz respeito ao objeto da investigação, a maneira como foi realizado e às âncoras teóricas que sustentam a análise dos dados levantados. De um lado, temos uma filiação psicossociológica para compreensão de dimensões escondidas da vida inconsciente e imaginária de uma sociedade; de outro lado, temos uma perspectiva histórica recente, que pode esclarecer determinados receios da sociedade em questão. Ambas as perspectivas são lidas com lentes interpretativas.

A pesquisa de campo se deu nas cidades de São Paulo e de Salvador, durante o período de abril de 2011 a junho de 2012, foi coordenada pelos autores e realizada pessoalmente por alunos-pesquisadores, do curso de graduação em Administração de duas reputadas instituições de ensino, que foram encarregados de entrevistar 10 pessoas, cada, sobre a pergunta "Quais são, na sua opinião, os medos dos brasileiros?", cabendo respostas plurais. A escolha dessas cidades foi motivada pelo interesse em identificar se haveria diferenças muito acentuadas nas percepções e opiniões sobre problemas brasileiros entre os que moram em São Paulo, região mais urbana desenvolvida do país, e em Salvador, a capital de um dos estados de maior população rural, que faz parte da região nordeste, uma das mais pobres do Brasil. O critério adotado foi o de moradia e não o de lugar de origem do respondente.

Foram ouvidas 1380 pessoas, com as seguintes características:

- Em São Paulo, foram 820 respondentes, dos quais 46% homens e 54% mulheres; do total, 4% ganham até R\$1000,00; 42% ganham de R\$1001,00 a R\$4000,00; 8% ganham de R\$4001,00 a R\$8000,00 e 46% ganham acima de R\$8001,00. Do total, 2% tinham até 19 anos, 63% tinham de 20 a 40 anos; 27% tinham de 41 a 60 anos e 8% tinham acima de 60 anos.
- Em Salvador, foram 560 respondentes, dos quais 49% homens e 51% mulheres; do total, 39% ganham até R\$1000,00; 38% ganham de R\$1001,00 a 4000,00; 12% ganham de R\$4001,00 a 8000,00 e 11% ganham acima de R\$8001,00. As faixas etárias estão assim representadas: 11% até 19 anos, 59% de 20 a 40 anos, 22% de 41 a 60 anos e 8% acima de 60 anos.

Os dados foram submetidos a tratamento estatístico de análise de frequência, utilizando-se o *software* Atlas, e agrupamento em categorias de acordo com conteúdo. (VERGARA, 2008)

Categorização e resultados dos medos sociais identificados

A rigor, não existe uma hierarquia de medos humanos, sejam eles reais ou imaginários, que do ponto de vista da dinâmica psíquica são igualmente importantes. Os medos são sempre relacionados aos objetos/situações que os trazem à tona e variam de importância de acordo com a história pessoal do sujeito que os sente. Considerando que a nossa pesquisa era centrada em algo de caráter coletivo, os respondentes em grande medida se abstiveram, espontaneamente nas duas cidades, de citar questões existenciais ou sobrenaturais, colocando o foco em medos tidos como mais objetivos, que descrevemos assim:

- Medos da violência urbana: relacionado ao medo generalizado de ser vítima de um crime qualquer, de ter que viver trancado para proteger-se, de sentir-se impotente frente à violência, medo de não conseguir proteger a família e de manter os filhos afastados de situações perigosas, inclusive das drogas.
- Medos econômicos: relacionado à perda do emprego, passar fome, não ser capaz de suprir as necessidades da família, cair de nível social, viver na pobreza, retorno da inflação e perda da poupança familiar.
- Medos do desamparo do Estado: insuficiência na prestação de serviços de saúde, medo de precisar e morrer na fila de um hospital público, ver o futuro dos filhos comprometidos por uma educação de má qualidade, não ter moradia decente e com assistência para família, precisar da justiça brasileira, medo da corrupção e da impunidade, medo da qualidade dos políticos e de depender de instituições públicas, medo das enchentes de todo verão.
- Medos derivados da perda de sentido da vida e dos afetos: solidão, não ter amigos, não ter mais motivos para sorrir, não confiar mais nas pessoas de bem, morrer sem aproveitar a vida, ser discriminado e objeto de preconceito, ser excluído do grupo social, perder a liberdade, medo de ser infeliz e de precisar ficar longe do país, não ter mais sonhos e esperanças.
- Medos relacionados ao destino e autoimagem do Brasil: que o Brasil nunca se desenvolva ou evolua, que seja sempre o país do futuro que não chega, que seja visto apenas como país de carnaval e nunca seja reconhecido seriamente, que seja um país esquecido, ser sempre um subdesenvolvido, medo do Brasil não ser capaz de organizar bem a Copa do Mundo, de perder a Copa do Mundo para a Argentina, de ser o país sempre com esses políticos.
- Medos do futuro incerto: perder conquistas e direitos adquiridos, que os filhos não tenham a chance de ter um futuro melhor, de fracassar, que os empregos acabem, de envelhecer desamparado, de nunca conseguir melhorar de vida, de não ter um futuro digno, de nunca parar de trabalhar, medo da aposentadoria, de arriscar-se.
- Medos globais: medos de catástrofes naturais, guerras, não cuidarmos de patrimônios como a Amazônia e os perder.

A síntese dos resultados tabulados, que analisaremos adiante, nos mostra a seguinte configuração:

Categorias	São Paulo	%	Salvador	%	Total	%
A – Violência	309	27	244	24	553	26
B – Econômicos	418	37	332	33	750	35
C – Estado ausente	212	18	215	22	427	20
D – Perda Sentido	108	10	141	14	249	12
E – Destino Brasil	63	5	47	5	110	5
F – Futuro incerto	22	2	8	1	30	1
G – Globais	19	1	9	1	28	1
TOTAIS	1.151	100	996	100	2.147	100

Análise dos medos sociais dos brasileiros

Ao considerarmos os aspectos relacionados a gênero e faixa etária, as duas populações pesquisadas são bastante parecidas, porém variam bastante no que diz respeito à renda. Enquanto em São Paulo, 42% auferem renda de R\$1000,00 a R\$4000,00 e 46% acima de R\$8000,00, em Salvador as concentrações são de 39% com renda de até R\$1000,00 e 38% com renda entre R\$1000,00 e R\$4000,00, ou seja, 77% dos respondentes soteropolitanos auferem rendimentos de até R\$4000,00.

Uma vez que a renda de uma pessoa ou grupo familiar significa o acesso à satisfação de necessidades básicas e maior elevação de fontes de conforto, e eventualmente também de maior segurança, esperava-se que esta variável influísse de forma mais decisiva na percepção dos medos dos brasileiros, o que não se confirmou. Ou seja, independente do fator renda, encontra-se nos dados uma semelhança no tipo e na importância relativa dos medos categorizados em duas cidades, aparentemente tão diferentes.

Como visto no breve histórico, o Brasil passou por muitas crises econômicas e muitos remédios foram testados pela primeira vez, o que em alguns casos deixou o paciente muito debilitado e sofrido. Ou seja, os 35% dos pesquisados se referiram aos medos econômicos, que refletem a categoria mais importante, implicando em pelo menos duas significações: de um lado, uma realidade histórica facilmente identificável; de outro lado, uma realidade psíquica, que assegura que a memória dos danos e sacrifícios gravados ainda assombram os brasileiros.

A partir de uma perspectiva macroeconômica, poderíamos argumentar que desde a implantação do Plano Real (1994), a economia brasileira se estabilizou de forma durável e que os fundamentos econômicos têm demonstrado bons desempenhos, mesmo se considerarmos os reflexos da crise mundial de 2008, que ainda se fazem sentir à medida que reduzem as aspirações de crescimento do atual governo. No entanto, o cenário de inflação descontrolada, pesada dívida externa e seu serviço, sacrifícios imensos impostos pelo FMI durante anos seguidos, pauta de exportação exclusivamente centrada em *commodities*, instabilidade política, desemprego, entre outras variáveis, parece ser um retrato apagado e sem possibilidade de retorno. Contudo, os nossos respondentes nos confirmam que, mesmo que o contexto hoje seja outro e que essas variáveis se comportem de forma bem diferente, no nível inconsciente estão guardadas as angústias de uma realidade histórica que foi duramente enfrentada.

O segundo fator mais citado foi a violência em suas diversas faces. Ainda que não se possa dizer que este seja um problema isolado e restrito a estas cidades, mas um fenômeno presente em todos os cantos do planeta, o fato é que a sociedade brasileira é percebida interna e externamente como palco de grande violência. A exposição de casos na mídia diária e o passado recente, também imortalizado em cenas de massacres, virulência policial, desrespeito aos cidadãos e turistas, justiceiros e

milícias particulares, crime organizado e suas ramificações, tornam muito difícil não se reconhecer que viver nas cidades brasileiras traz o risco de morte ou assalto ou sequestro ou crime qualquer como algo quase “normal”.

Objetivamente, os mapas da violência colocam o Brasil entre um dos casos mais graves no mundo para um país que não está envolvido em guerras, e mesmo que os números tenham diminuído em comparação aos anos recentes, não existe na população a percepção de que algo tenha melhorado neste sentido ou que existam números bons em relação a este item. Questões relacionadas às desigualdades econômicas e sociais, que foram fomentadas durante décadas por uma forte concentração de renda, aliadas à percepção de leis frouxas e ineficazes, que levam à impunidade de criminosos, parecem ser consenso entre os estudiosos da violência no Brasil. (SOUZA, 2011; ALMEIDA, 2007)

Ademais, a noção de violência nos afeta em várias dimensões, ao colocar em evidência a nossa fragilidade, a essência do nosso ser, a consciência da morte, a antecipação da dor da perda e o total comprometimento de nossa felicidade. Viver sob a égide deste medo de forma difusa, genérica ou específica e localizada é sentido como mais do que ser acompanhado permanentemente por um fantasma, não importando o que os números nos dizem.

A terceira categoria mais citada refere-se ao desamparo do Estado, que assume conotações críticas se considerarmos que o Brasil é um país republicano, uma democracia e com instituições consolidadas em pleno funcionamento. Mais que um caso bizarro, ouvir de cidadãos, contribuintes e eleitores, que têm medo de depender do serviço público, seja na educação ruim comprometendo o futuro de seus filhos, seja na visão de morte numa fila de hospital, seja no pavor de precisar da justiça, ou ainda na impotência diante a corrupção e qualidade da classe política que os representa, é assustador.

Tanto a educação quanto a saúde deficitárias ganharam muitos comentários amargos e ácidos, demonstrando uma enorme insatisfação aliada a um forte sentimento de impotência; a ideia de que o futuro dos filhos está em risco, em virtude da dificuldade crônica em se resolver a má qualidade da educação, só perde importância para o pavor de precisar ser atendido em algum hospital público. Muitos entendem como sentença de morte a espera por atendimento hospitalar. Merece registro o fato destes dois temas terem sido bastante associados com a corrupção e revolta com políticos, sugerindo que existe um entendimento tácito de que o que lhes falta é desviado para destinatário certo.

A população estudada também diz temer precisar da justiça brasileira, o que pode ser traduzido pela desconfiança de que não está sendo ou será tratada de forma justa e equitativa, como garante a Constituição. Está subjacente a este sentimento o pressuposto de que a justiça varia de acordo com o *status* dos envolvidos, que ela para os pobres não apenas é cega como cruel e, para os mais abastados, ela não apenas abre os olhos como os pisca, com malícia de cúmplice.

Conquanto a estrutura jurídica brasileira tenha se modernizado em várias instâncias, o Ministério Público tenha se tornado mais presente e investigativo, a corrupção policial seja sistematicamente investigada e punida, a imprensa esteja atenta a uma série de distorções, a desconfiança institucional sentida pela população merece ser ouvida, debatida, diagnosticada nas suas singularidades e tornada meta prioritária.

Se as instituições públicas têm melhorado seu desempenho e aumentado o seu compromisso com os cidadãos, isto parece não ser percebido, o que nos leva a duas possibilidades: ou a carência é tão mais profunda que a identificada pelo Estado nos seus diferentes níveis e o que é feito se dilui ou os resultados aparecem nos relatórios, mas não na prestação de contas pública a ponto de fixar uma nova performance. O fato relevante é que um Estado desacreditado, com instituições sem legitimidade e com percepção de que a corrupção é parte inerente ao sistema público e político é uma fonte de alto risco para a sociedade como um todo.

Se levarmos em consideração e somarmos a este os dois itens precedentes, insegurança econômica e insegurança pública, teremos na realidade a percepção de 81% dos respondentes de que o Estado brasileiro não faz o seu dever de casa, não

lhes dá contrapartidas para uma das cargas tributárias mais penosas do mundo. O que podemos verificar é que a ideia de democracia, de essência republicana, de leis aplicáveis a todos para benefícios comuns não é percebida pelos nossos entrevistados, portanto do ponto de vista do imaginário social, pode-se dizer que o Brasil não é visto como uma pátria-mãe cuidadosa com os seus filhos, ela não os protege e não os nutre, mais parece um pai severo e autoritário que tira tudo o que pode da força, do vigor e do futuro dos jovens filhos, uma versão moderna do chefe da horda. (FREUD, 1965)

Paradoxalmente, os índices de aprovação pessoal da presidente Dilma chegam atualmente a 77% e a de seu governo a 62%; o presidente Lula, após dois mandatos, fechou o seu governo com 80% de aprovação, o que nos sugere uma clivagem entre o Brasil imaginário, pessoalista, pacífico, acolhedor, trabalhador, miscigenado, esperançoso e alegre e o Brasil das páginas dos jornais, dos tristes índices, da batalha diária, do Leviatã que vampiriza, com o qual não se pode contar, como nos falou Ribeiro (1989).

Mas, os medos brasileiros são também relacionados com o lado que festeja a vida, que brinca, que sorri, que sonha, que vive na beleza do país. O medo de perder o sentido da vida e de perder os afetos que fazem a vida mais colorida ronda 12% dos nossos pesquisados. Em relação ao total dos medos percebidos, não há grande diferença entre paulistas e baianos. O medo da solidão e de não ter amigos frequenta o sono de muitos brasileiros, corroborando a nossa reconhecida característica amigável e gregária, apesar de alguns entrevistados terem dito sentir medo de ser objeto de preconceito. O povo brasileiro se orgulha de ser tido como fácil de fazer amizade, ser simpático, receber bem, ser hospitaleiro e disponível (FREYRE, 1946; HOLANDA, 1973; DAMATTA, 1979, 1985; BARBOSA, 1992), portanto quando se fala em preconceito ou discriminação, é gerada uma dissonância interna e a percepção de um mal-estar. Contudo, vale registrar que sentir-se vergonhado por ser preconceitoso ou objeto de preconceito parece ser um bom indício de reprovação moral.

No imaginário coletivo brasileiro, a esperança sempre teve um lugar de destaque e tem sido a âncora de muitas sublimações; o dia a dia pode ser duro, mas suportável se for possível sonhar com um mundo melhor para si ou sua família; uma visão na qual se possa valorizar uma vida harmoniosa, ao mesmo tempo em que se nega uma realidade bruta de contrastes cruéis. A esperança ou o otimismo parece ser a essência da alma brasileira, que assemelha realistas, céticos e pessimistas, tornando-os alvos a serem evitados ou seres dignos de pena. Muitas vezes vistos como simplistas e ingênuos, os brasileiros parecem confortáveis na sua opção por um futuro radioso, mesmo que isto contrarie as previsões.

Com muitos ditados populares para assegurar que no final tudo dá certo, brasileiros driblam adversidades com as benções de Deus e se sentem mal quando perto de alguém que chama a sua atenção apenas para aspectos negativos das situações ou críticas excessivas. Vale sempre procurar o “lado bom” para equilibrar as contas. Recentemente cunhou-se um índice de felicidade global, a partir de pesquisas feitas pelo Instituto Terra, da Universidade de Columbia, no qual o Brasil figura em 2012 em 25ª posição entre 150 países pesquisados; em outra pesquisa, esta realizada pelo Instituto Gallup (EUA) e Fundação Getúlio Vargas, realizamos a utopia de sermos o país mais feliz do mundo. Ou seja, isto nos remete aos mitos e lendas de uma origem harmoniosa em que o futuro é o lugar onde todos teriam direito ao seu pedaço de paraíso. O medo citado por 12% dos entrevistados é o de perder a esperança, que é constitutiva desta aspiração e desta possibilidade de ser feliz.

O sentimento de brasilidade se expressa no medo de 5% de nossos pesquisados de que o Brasil não encontre o seu rumo e seja sempre um futuro a ser realizado; o mito do país jovem que vigorou entre nós durante tanto tempo, as mensagens subliminares de que “em se plantando, tudo dá” (desde Vaz de Caminha), o país do futuro sobre o qual escreveu Stefan Zweig em 1941, o país que vai para frente da época dos militares, o Brasil de todos, de Lula e Dilma e toda a esperança grandiosa do nosso hino nacional, enaltecem o Brasil como um projeto eterno a ser realizado.

Sabe-se que o tempo é enganoso no sentido de eternizar o momento em que se vive, porém quando se compara historicamente o Brasil dos últimos 50, 30, 20

ou 10 anos (para a História, um período muito pequeno), não se pode deixar de reconhecer que houve um salto extraordinário, portanto o que foi sonhado antes, de alguma forma está materializado no Brasil de hoje, pelo menos em parte. Querer usufruir dos benefícios de seu investimento é uma atitude normal do ser humano e sentir-se frustrado quando o presente é infinito e insatisfatório também é algo normal no humano. Se por um lado, a perspectiva de um futuro é parte importante de uma identidade tanto individual quanto coletiva, por outro a sensação de que só se tem o futuro como algo bom pode amedrontar.

Ora, este é exatamente o medo expresso por esses 5%; ou seja, o Brasil não é no presente o país que se quer, mas sempre o projeto de um futuro que nunca chega; a pesquisa expressa também a necessidade de um reconhecimento negado como país original, sério, trabalhador, que pode executar grandes coisas, além de apenas projetá-las para um futuro improvável. É como se ao preterir o presente como tempo de realização, o nosso destino brasileiro estivesse fadado a não ser um objeto legítimo de desejo narcísico de aprovação e admiração. (ENRIQUEZ, 1990)

Validar no hoje o país como um lugar maravilhoso e ser admirado pelo resto do mundo é o melhor dos sonhos. Esta aspiração traz implícita uma declaração da natureza da alma brasileira: não apenas o país quer ser um objeto maravilhoso, é preciso que o outro o reconheça e o admire. Esta assumida necessidade do outro, da aprovação do outro, é um dos maiores indícios de que o gosto brasileiro pela alteridade (BOUVIER, 2005; JULIEN, 1995; BERTHOZ; JORLAND, 2004; AÏN, 2009) é um traço intrínseco de seu caráter cultural honestamente humilde e simples. Menos que um “complexo de vira-lata”, como diria Nelson Rodrigues, querer ser aprovado pelo outro é, no mundo globalizado e integrado de hoje, uma qualidade valorizada na convivência e no trato interculturais.

Vários respondentes, em São Paulo e em Salvador, falaram especificamente de seus medos de o Brasil não passar no teste da organização da Copa do Mundo, para todo mundo ver; simbolicamente esta oportunidade representa a mobilização de uma enorme fantasia feliz, que casa aquilo que o país tem como motivo de orgulho nacional – o futebol – e a competência em organizar uma festa extraordinária que traz o mundo como seu convidado. O sonho é de se ter aqui não apenas uma copa do mundo como um evento esportivo competente e bem feito, mas a melhor copa do mundo que jamais se organizou; e, se Deus for mesmo brasileiro, que a final seja o Brasil ganhando da Argentina de goleada.

A penúltima categoria, representando a preocupação de 1% dos respondentes, retoma no futuro alguns temores já discutidos nos medos econômicos; na verdade, o que temos é um destaque relacionado com perdas de bens e direitos adquiridos, uma vida de aposentado desamparada, a dúvida quanto a um futuro digno para si e sua família. Ou seja, a questão aqui não é o medo de não ter, mas o medo de perder o que tem, visão em boa medida sustentada pela perda real e progressiva do poder de compra das pensões dos aposentados, mais uma vez penalizados por um Estado insensível.

Por fim, os chamados medos globais refletem uma perturbação que poderia advir de catástrofes naturais, guerras inexistentes ou nas quais o Brasil não está envolvido, perder a Amazônia e outras belezas do país, caso não cuide bem delas e a comunidade internacional decida se ocupar. Em relação a Amazônia, o sentimento é o de que se a comunidade internacional se tornar a gestora do nosso patrimônio florestal isto seria um duro golpe no ego brasileiro, um atestado vergonhoso de incompetência não apenas de cuidar de algo belo e útil, mas o de preservação identitária, afinal é o verde da nossa bandeira!

Conclusões

A dimensão simbólica em uma análise social nos permite captar as redes de significados que uma sociedade constrói e atualiza em suas práticas. O que uma sociedade define como sendo os seus problemas, as relações que ela estabelece no mundo

e o lugar que ela acha que merece nesse mundo são aspectos da vida imaginária que nos sugere que não existe história, nem pensamento e nem sociedade, exceto pela representação. De um lado, nenhuma sociedade poderá existir se não for capaz de satisfazer as suas necessidades reais, produzindo as suas condições materiais de sobrevivência; de outro, nenhuma sociedade pode existir se não desenvolver redes simbólicas e imaginárias, que dão sentido à vida social e às aspirações de futuro.

O imaginário é do signo do inconsciente, ou seja, uma parte de nossa vida psíquica que ignora a ordem, a coerência e o tempo. No mundo inconsciente, os contrários, os contraditórios, os paradoxos, as inversões não apenas coexistem, como podem ser complementares. Portanto, sendo o medo um fenômeno psíquico, cujas origens estão enraizados no mais profundo do nosso ser individual e coletivo, não nos parece surpreendente o fato de a nossa pesquisa ter apontado algumas conclusões que podem ser contraditórias e, mesmo paradoxais, especialmente quando postas em confronto com fatos históricos objetivos. Senão, vejamos:

- Já assinalamos que – do ponto de vista macroeconômico – a economia brasileira tem exibido dados positivos no seu conjunto. Sob qualquer aspecto que se analisar, a conclusão é que inflação, câmbio, juros, dívida, superávit, crescimento, investimento e desemprego são variáveis sob controle e/ou com boa performance, mesmo sob efeitos de uma crise mundial ainda não esgotados. No entanto, 35% dos nossos entrevistados assinalaram o medo do retorno da inflação, o medo da perda de sua poupança, o medo de perder o emprego e passar fome. Curioso é que, recentemente, o governo Dilma fez mudanças na política de remuneração das cadernetas de poupança, um enorme tabu desde o malfadado confisco do governo Collor e, apesar do que disseram os nossos entrevistados, não houve nenhuma reação negativa da população; pelo contrário, o volume deste investimento tem aumentado sem cessar.
- De um lado, fortes sinais de desaprovação e insatisfação com o desempenho do Estado brasileiro, sob responsabilidade dos governantes eleitos; de outro, índices de forte aprovação pessoal e dos governos Dilma e Lula. Ou seja, existe um reconhecimento de fatores positivos implementados por esses governos, mas não dos negativos; acima de tudo, parece existir uma clivagem entre o privado e o público. O seio bom ou o bom poder (ENRIQUEZ, 1991) adquire as qualidades, é pessoal, simpático, batalhador e compreensivo; o seio mau absorve os aspectos críticos e os descaminhos são justificados, como se a incompetência tão criticada não fosse percebida como uma responsabilidade do chefe, apenas dos subordinados.
- Índices, cuja materialidade é quase palpável, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Desigualdades Sociais que colocam o Brasil em posições revoltantes e que justificam muitos dos medos citados, não são capazes de abalar o novo índice de felicidade dos brasileiros ou a escala de otimismo criada pelo IPEA. (VIALLI, 2012) Parece evidente que o Brasil é mais complexo que se poderia pensar, não se sujeitando a linearidades ou relações de causa-efeito no que aparentemente é tido como lógico. Não apenas algumas inversões são tidas como normais (passar pelo crivo da simpatia pessoal quando a impessoalidade é que deveria aconselhar, por exemplo), como existe uma transitoriedade como elemento permanente de avaliação, que pode dar o conforto psicológico de que uma situação negativa pode mudar, mesmo que não exista nenhum indício que sugira tal mudança. Operando sublimações, clivagens e negações, as interpretações vão se ajustando ao melhor retrato que pode acomodar um pedaço da realidade e um pedaço da esperança. O medo não paralisa, ele serve de combustível para aperfeiçoamento da imagem do futuro. Aqui fala a voz do otimismo, abstenham-se os contrários.

- As categorias de medos surgidas da pesquisa sugerem que elas são de natureza bastante simples e visceral. Ou seja, são medos relacionados com as necessidades básicas de sobrevivência e segurança do dia a dia. E, de repente, surge uma vigorosa alma emocional e afetiva, que confirma a importância do outro na estruturação da vida, do sorriso, da confiança, da vontade de ser feliz. Percebemos no conjunto desses medos uma simplicidade, que contrasta com a sofisticação intelectual de outras sociedades, e parece dizer de maneira clara: “eu não quero muita coisa, só quero ser feliz”. Existiria algo mais sofisticado?
- Do ponto de vista da identidade brasileira, a pesquisa responde também a uma controvérsia histórica e que continua gerando discussões: é possível a um país continental como o Brasil ter uma identidade até certo ponto nacional? É possível que diante de tantas e tão fortes diversidades culturais o país expresse alguma unidade nacional? A resposta, segundo a nossa pesquisa, é positiva. O Brasil conseguiu historicamente desenvolver a sua diversidade cultural sem perder seu imaginário de brasilidade. Um dos elementos fundamentais para essa unidade nacional é a língua. O Brasil é, na contemporaneidade, uma das maiores populações a falar a mesma língua em todo o seu território. Essa situação não acontece em nenhum dos países mais populosos do mundo, seja a China, a Índia, a Rússia (todos com uma língua oficial e outras línguas chamadas de regionais) e Estados Unidos (onde uma numerosa parte da população fala espanhol).

Ao aplicarmos a pesquisa em São Paulo, região mais desenvolvida economicamente e que capitaneou o desenvolvimento do capitalismo brasileiro inclusive com a influência da imigração recente (séculos XIX e XX), e Salvador, capital da Bahia, região onde o Brasil começou a ser povoado e governado pelos colonizadores portugueses, e obtermos tamanha sintonia de proporcionalidade nas respostas, nos leva a reforçar a ideia de que ser brasileiro é muito mais do que um sentimento; é uma concretude que se expressa em território, população e língua numa espécie de milagre de diversidade cultural forte e visível com unidade nacional incontornável: a brasilidade é o fruto das múltiplas influências étnico-culturais transformadas em identidade nacional.

Retomando o raciocínio de D’Iribarne (2009) sobre o medo social fundamental e as possíveis vias de salvação como algo estruturado no universo de práticas e significações imaginárias presentes na sociedade, concluímos que o medo fundamental dos brasileiros parece ser a perda de um futuro feliz realizável. A ideia de felicidade comporta o viver junto e em paz com os outros em um país bom, vigoroso, reconhecido e admirado, no qual os benefícios da riqueza gerada sejam repartidos de forma justa pelos seus filhos, por um Estado legítimo e crível, anulando o litigioso divórcio entre o econômico e o social. O alicerce da via de salvação para enfrentar este medo é a esperança, ou seja, algo com o qual os brasileiros sorriem, enquanto dormem um sono tranquilo e acordam para mais um dia de batalha.

Nota de atualização

A análise da pesquisa foi concluída em janeiro de 2013, ano em que a economia começou a demonstrar sinais de crescimento abaixo das previsões e uma discreta elevação da inflação, porém sem maiores reflexos no nível de emprego, dívida e investimentos públicos; ou seja, os medos econômicos do desemprego e fome, retorno de inflação galopante e ameaças à poupança não se materializaram até o momento.

No entanto, os meses de junho e julho de 13 foram palco de grandes manifestações populares em todas as partes do Brasil, que – apesar de não ter uma pauta de

reivindicações definida e interlocução identificada – demonstraram uma insatisfação generalizada, especialmente com a ausência do Estado ou a sua presença nociva. Os temas mais visíveis nestes protestos foram relacionados à corrupção nos três poderes, à impunidade, à ausência de prioridades para uso do dinheiro público, o descaso com as demandas sociais com qualidade (saúde, educação, moradia, segurança pública), à ausência de um projeto de país que não seja apenas discurso para consumo em campanhas eleitorais, a carga tributária excessiva face ao retorno para a sociedade, falta de legitimidade dos partidos políticos para representar os anseios sociais e a promiscuidade institucional instalada em vários níveis do Estado brasileiro.

Reivindicações genéricas são fáceis de serem ignoradas e, passados os primeiros sobressaltos das autoridades políticas, o foco voltou para o que elas consideram seu interesse principal, ou seja: as eleições e o fisiologismo; assim, o governo continua sendo refém de grupos de interesses partidários e demonstra dificuldades em executar um plano de retomada da economia, melhoria dos serviços públicos, redução dos níveis de desigualdade social e sincronia com a sociedade que representa.

Verificamos que a realização de uma Copa do Mundo inesquecível, aumejada por muitos dos respondentes da pesquisa, se transformou em dois possíveis pesadelos: a) a não conclusão de obras necessárias, evidenciando uma incompetência dos governos das cidades-sede, cujo trabalho deveria ter começado após a confirmação do evento, mas que optaram pela última hora com custos elevadíssimos; b) objeto de chantagem de grupos pseudorevolucionários, que ameaçam o seu brilho com potenciais distúrbios para registro da imprensa mundial e medo de muitos possíveis torcedores nacionais e internacionais, porém sem explicitarem pauta e interlocutor para negociação.

Um dos resultados positivos destas manifestações parece ser relacionado com a consciência de cidadania de uma parcela enorme da população, particularmente a de jovens, que até então não demonstrava qualquer interesse pelos destinos do país. Ainda que esta consciência tenha sido provocada por curiosidade e pressão de grupos nas redes sociais, ela evidenciou o acesso ao poder de um forte instrumento para mobilização de centenas de pessoas em pouco tempo, seja para o melhor ou para o pior. A consciência efetiva poderá ser verificada no resultado das eleições que ocorrerão este ano no país para diversos cargos, que testemunharão até que ponto a sociedade de fato está exausta de sentir medos.

(*) Agradecemos aos alunos do Curso de Graduação em Administração, nas disciplinas Administração Intercultural da EAESP/FGV e Gestão Cultural da EA/UFBA, durante o período de 2011 a 2012, pela realização das pesquisas de campo. Agradecemos ao aluno de doutorado da EAESP/FGV, Andre Luiz da Silva, pelo suporte no tratamento dos dados.

Referências

- AÏN, Joyve. (Coord.). *Identités – entre être et avoir: qui suis-je?* Toulouse: Érès, 2009.
- BACHA, Edmar e SCHWARTZMAN, Simon. *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BAIERL, Luzia Fátima. *Medo social – da violência visível ao invisível da violência*, São Paulo: Cortez, 2004.
- BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BERTHOZ, Alain; JORLAND, Gérard (Coord.), *L ´empathie*. Paris: Odile Jacob, 2004
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOUVIER, Pierre. *Le lien social*. Paris: Gallimard, Folio essais, 2005.
- CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mamelluco, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*, 5. ed., Paris, Seuil, 1975.

CONNEXIONS. *Malaise dans l'identification*. Paris, Éres v. 55, n. 1, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. O medo social. *Veja 25 anos – Reflexões para o futuro*, Rio de Janeiro. p. 83-89, 1993.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

D'IRIBARNE, Phillipe. Conceituando culturas nacionais uma abordagem antropológica. In: L. BARBOSA (org), *Cultura e diferença nas organizações*, São Paulo, Atlas, pp. 17-29, 2009.

D'IRIBARNE, Phillipe. *La Logique de l'honneur*. Paris: Ed. Du Seuil, 1989.

DURAND, Marina. *O medo no trabalho e na vida social* – estudo psicanalítico da subjetividade brasileira. São Paulo: Annablume, 2010.

ENRIQUEZ, Eugène *Da Horda ao Estado* – Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ENRIQUEZ, Eugène. *Figures du maître*. Paris: Arcantère, 1991.

FREITAS, Maria Ester. Radiografia dos medos., São Paulo, v. 6, n. 2, FALTA O MÊS, p. 82-85, 2009.

FREITAS, Maria Ester. *Cultura organizacional* – identidade, sedução e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

FREUD, Sigmund. *Essais de Psychanalyse*. Paris: Payot, 1981.

_____. *Malaise dans la civilization*. 12. ed. Paris: PUF, 1992.

_____. *Totem et tabou*. 3. ed, Paris: Payot, 1965.

HOBBS, Tomas. *Coleção os Pensadores*, vol.1, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973

JULIEN, Phillipe. *L'Étrange jouissance du prochain* – Éthique et Psychanalyse. Paris: Seuil, 1995.

MELLO NETTO, Gustavo Adolfo e MARTINEZ, Viviana Carola Velasco. "Angústia e sociedade na obra de Freud", *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 2, jul./dez., p. 1-13, 2002,.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em Psicologia Social*. Petrópolis/RJ, Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, v. 18, n. 3, p. 211-250, 1988.

NERI, Marcelo. *A nova classe média*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOVAES, Adauto (Org.). *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: SENAC, 2007.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das letras, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WELFORT, F. (Org.), *Os clássicos da política*, São Paulo, Ed. Ática, 1989, p. 51-78. (v. 1)

RIBEIRO NETO, Amaury. *A privataria tucana*, São Paulo: Geração Ed., 2011.

SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1983.

SOUZA, Josué. *A ralé brasileira*, Belo Horizonte; Ed.UFMG.

VANIER, Alain. Temos medo de quê? *Revista Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, jul./dez., p. .285-298, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 3. ed, 2008.

VIALLI, Andréa. Brasil inicia estudos para medir a felicidade *Jornal Folha de São Paulo*, 09.04.12, caderno A-10, 2012.

Submissão: 27/11/2012

Aprovação: 19/01/2014